



C.I: nº 422/2022

Data: 02/12/2022

De: Secretaria de Administração, Setor de Recursos Humanos

Para: Setor de Licitação

A/C: Sra. Nilyê de Oliveira Faria

Assunto: Esclarecimentos sobre o PE 064/2022

Prezada,

Tendo em vista a solicitação de impugnação por parte da empresa UP Brasil Administração e Serviços LTDA ao PE 064/2022 encaminhada por e-mail, informamos, que seguiremos a orientação da Procuradoria Municipal que opina pela rejeição da mesma, como pode verificar-se no parecer anexo.

Agradecemos a compreensão e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Tiago Rodrigues de Souza Reis
Coordenador de Compras

PARECER JURÍDICO

Ofício 1398/2022

RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Setor de Compras, através do memorando nº 417/2022, acerca de impugnação interposto por UP Brasil Administração e Serviços LTDA, em relação ao Processo Licitatório nº 132/2022.

No qual alega que a exigência de pagamento dos repasses com 2 dias de antecedência da recarga do cartão fere a característica pré-paga do cartão alimentação e seria exigência ilegal conforme art. 3º da lei 14.442/22.

É o relato

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Primeiramente, vejamos a item do edital contestado:

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Pagamento:

3.1 O valor a ser pago referente ao crédito correspondente ao fornecimento dos vales-alimentação bem como, se houver a respectiva comissão de serviços, juntamente com a nota fiscal dos mesmos, deverão ser apresentados à contratante em até 2 (dois) dias úteis após a carga dos créditos nos cartões”

Segue a restrição da lei 14.442/22:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 3º O empregador, ao contratar pessoa jurídica para o fornecimento do auxílio-alimentação de que trata o art. 2º desta Lei, não poderá exigir ou receber:

I - qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado;

II - prazos de repasse ou pagamento que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos empregados;

A impugnante alega que exigência no edital do repasse anterior ao crédito nas contas dos servidores descaracteriza a natureza pré-paga do cartão, todavia, o TCU já emitiu decisão na qual afirmou que tais exigências são compatíveis com a mesma restrição imposta pelo decreto 10.854/2022, senão vejamos:

23. Entende-se que o disposto no item 7 do edital, que prevê o pagamento devido à contratada no prazo de trinta dias, contados a partir da apresentação da fatura, **não fere os dispositivos do decreto e da medida provisória ora mencionados. Depreende-se, da leitura dos referidos dispositivos, que a finalidade normativa é garantir a natureza pré-paga do benefício, ou seja, garantir que o trabalhador, antecipadamente, tenha o seu cartão eletrônico “recarregado” com o crédito correspondente ao mês que terá de trabalhar.**

24. Nesse sentido, o fato de o pagamento à gerenciadora ser feito em até trinta dias após a apresentação da fatura não impede, a princípio, que a sistemática prevista no decreto e na medida provisória se concretize, cabendo à contratada a negociação de prazos de repasse dos valores aos seus estabelecimentos credenciados. **Além disso, não se verifica interesse público em uma eventual previsão de pagamento antecipado à gerenciadora dos cartões, tendo em vista a necessária exigência de garantias da contratada que resguardem a Administração dos riscos inerentes à operação,** conforme dispõe a jurisprudência deste Tribunal (Acórdão 2856/2019-Primeira Câmara, Relagtor Ministro Walton Alencar Rodrigues). **Também não se verifica que essa disposição do edital implique prejuízos aos cofres das entidades contratantes. Improcedente, portanto, essa alegação do representante.** (TC 006.226/2022-1)

Conforme decisão citada acima, a natureza pré-paga refere-se apenas ao trabalhador receber o crédito referente ao mês que irá trabalhar, sem fazer qualquer referência ao repasse realizado, desta forma, a exigência editalícia visa apenas proteger a administração dos riscos do contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Importante considerar que a existência da presente licitação foi causada justamente por um contrato frustrado no qual a antiga operadora do cartão não fez os repasses aos estabelecimentos, causando grave prejuízo ao Município e seus servidores.

Neste sentido, o fato de o pagamento à gerenciadora ser feito antecipadamente, não impede que sistemática prevista na lei se concretize, cabendo à contratada a negociação de prazos de repasse dos valores aos seus estabelecimentos credenciados.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria do Município opina, que as razões apresentadas pela empresa não merecem prosperar e não afronta os ditames da lei 14.442/22, e pelo seu indeferimento.

Cataguases (MG) 02 de dezembro de 2022.


Bernardo Valverde Salgado

OAB 195032

Coordenador Técnico I